

## Impactos do FNE nos municípios da área de atuação do BNB, segundo a tipologia da PNDR

**Wendell Márcio Araújo Carneiro**

Economista, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB). Correio Eletrônico: [wendellmac@bnb.gov.br](mailto:wendellmac@bnb.gov.br).

**Alysson Inácio de Oliveira**

Economista, bolsista do Projeto Inova Talentos BNB/IEL/CNPq. Correio Eletrônico: [alyssoninacio@hotmail.com](mailto:alyssoninacio@hotmail.com).

**Pedro Costa de Castro Ivo**

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza, bolsista do BNB. Correio Eletrônico: [pc.workf@gmail.com](mailto:pc.workf@gmail.com).

### 1 Introdução

A persistente desigualdade entre as macrorregiões brasileiras levou os governos à aplicação de políticas diversas de intervenção ao longo dos anos nos distintos espaços nacionais. Mais recentemente, a partir de 2003, foi implementada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo seria reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, norteadas os programas e ações federais no País, atendendo ao disposto do art. 3º da Constituição Federal de 1988.

Para tanto, esta política se utiliza de instrumentos financeiros, institucionais e programáticos para aplicação de suas ações. No que se refere aos instrumentos financeiros, destaque para os fundos constitucionais, que são o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados pela Lei nº 7.827/1989.

Um avanço na concepção da PNDR diz respeito ao reconhecimento das desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção, assim como orienta políticas e programas no intuito de promover o desenvolvimento territorial. Deste modo, os espaços sub-regionais (microrregiões) foram divididos inicialmente, tendo em vista a primeira elaboração da PNDR, em quatro tipologias distintas, considerando o cruzamento de duas variáveis, quais sejam o rendimento domiciliar médio e o crescimento do PIB *per capita*. A primeira, de natureza estática, relaciona-se ao nível de renda alcançado pelo município, enquanto a segunda, de natureza dinâmica, relaciona-se com o desempenho da economia destes subespaços, dada uma série

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE Expediente: Banco do Nordeste: Luiz Alberto Esteves (Economista-Chefe). Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE: Tibério Rômulo Romão Bernardo (Gerente de Ambiente). Célula de Avaliação de Políticas e Programas: Aírton Saboya Valente Junior (Gerente Executivo); Elizabeth Castelo Branco, Luiz Fernando Gonçalves Viana, Maria Inez Simões Sales, Maria Odete Alves e Wendell Márcio Araújo Carneiro (Equipe Técnica), Lídia Maria Vasconcelos de Araujo (Bolsista de Nível Superior), Alysson Inácio de Oliveira, José Maria da Cunha Junior e Maria Renata Bezerra Melo (Bolsistas BNB/IEL/CNPQ). Célula de Gestão de Informações Econômicas: Bruno Gabai (Gerente Executivo), José Wandemberg Rodrigues Almeida, Gustavo Bezerra Carvalho (Projeto Gráfico), Hermano José Pinho (Revisão Vernacular).

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomados com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Deste modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão assumidos exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte. SAC 0800 728 3030; Ouvidoria 0800 033 3030; [bancodonordeste.gov.br](http://bancodonordeste.gov.br).

histórica. Isto posto, as microrregiões foram divididas em quatro grupos: a) microrregiões de alta renda; b) microrregiões dinâmicas; c) microrregiões estagnadas; e d) microrregiões de baixa renda (MONTEIRO NETO, A. *et al.*, 2015).

Mais recentemente, em 2017, esta classificação foi atualizada, considerando as mudanças recentes no complexo quadro urbano-regional brasileiro. Buscando abarcar essas novas dinâmicas regionais, as classificações das microrregiões foram ampliadas, com nove combinações entre aquelas de alta, média e baixa rendas e com alto, médio e baixo dinamismos. Como resultado, chegou-se às seguintes tipologias: alta renda e alto dinamismo; alta renda e médio dinamismo; alta renda e baixo dinamismo; média renda e alto dinamismo; média renda e médio dinamismo; média renda e baixo dinamismo; baixa renda e alto dinamismo; baixa renda e médio dinamismo; baixa renda e baixo dinamismo. Este aumento de classificações tende a proporcionar maior assertividade, com maior aproximação da realidade socioeconômica dos municípios, bem como melhor qualidade nas informações (MACEDO; PORTO, 2018).

Para atender aos objetivos da PNDR, considera-se como municípios prioritários de atuação das políticas regionais, aqueles classificados como de média e baixa rendas, em qualquer nível de dinamismo. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a distribuição dos recursos do FNE nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste (AABNB), entre 2002 e 2020, considerando a tipologia da PNDR. Para tanto, buscou-se: a) relatar sobre a criação dos fundos constitucionais, em especial o FNE; b) analisar a PNDR ao longo de sua vigência; c) mensurar o volume de recursos do FNE aplicados nos municípios da AABNB, segundo a classificação da PNDR, no período de 2002 a 2020; e d) identificar se os objetivos da PNDR foram alcançados, no que diz respeito ao maior direcionamento dos recursos do FNE para os municípios prioritários da AABNB.

Além desta introdução e da metodologia apresentada a seguir, este artigo se divide nas seguintes seções: o resgate da criação do FNE; uma breve discussão acerca da criação e implementação da PNDR; histórico das aplicações dos recursos do FNE, observando a tipologia da PNDR; e, por fim, as considerações finais acerca dos resultados encontrados ao longo do trabalho. Espera-se, com isso, aprofundar o conhecimento e discussões sobre políticas regionais, em especial a PNDR, buscando contribuir para melhorar os instrumentos de aplicação de tal política.

## 2 Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, fez-se necessária, inicialmente, uma revisão bibliográfica a respeito das políticas públicas regionais, em especial a PNDR e o FNE. Posteriormente, realizou-se uma análise tabular dos dados do FNE, buscando entender a distribuição destes recursos ao longo de uma série histórica, no intuito de identificar se os objetivos da PNDR foram alcançados, levando em conta o maior direcionamento para os municípios prioritários. Utilizaram-se as bases de dados do Banco do Nordeste (BNB), para o FNE, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios.

## 3 O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As principais políticas de desenvolvimento regional no Brasil datam da década de 1950 e estavam baseadas nos argumentos de centro-periferia desenvolvidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), cujo principal argumento para as desigualdades econômicas entre as nações e dentro delas estava relacionado às falhas de mercado, como, por exemplo, a relação econômica desbalanceada norte-sul no Brasil (RESENDE, 2013).

A partir desses argumentos, instituições de desenvolvimento regional foram criadas no Brasil, a exemplo da SUDENE e da SUDAM, cujos objetivos estavam relacionados à realização de estudos, planejamento e coordenação de ações direcionadas a fomentar o desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte, respectivamente, com o auxílio de órgãos e empresas especializados para este fim (CARNEIRO, 2020).

As décadas de 1950-1960 foram profícuas em ações voltadas para mitigar as disparidades inter-regionais, as quais foram perdendo importância a partir da década seguinte, em função da ascensão de governos autoritários (década de 1970) e, posteriormente, pela crise do Estado e adoção de modelos econômicos neoliberais (décadas de 1980 e 1990) (CARNEIRO, 2020).

Apesar de todos esses movimentos percebidos ao longo desse período, as disparidades socioeconômicas regionais continuavam a ser tema de preocupação de alguns legisladores, como percebido pela promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual abriu uma nova perspectiva para a Região Nordeste, o que incitou novas discussões acerca da questão regional e criação de grupos de trabalho para discutir mecanismos que minimizassem essas disparidades.

Nessa perspectiva, foram criados os Fundos Constitucionais, pela Lei Nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal de 1988, que estabelecia a destinação de 3,0% da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) ao atendimento do setor produtivo das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Esses fundos garantiram uma fonte de recursos mais estável do que aqueles adotados anteriormente, uma vez que advinham da arrecadação direta do Governo Federal (OLIVEIRA; VIANNA, 2010).

As instituições financeiras federais de caráter regional recebem os recursos dos impostos federais (IR e IPI) nas seguintes proporções: 1,8% para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para os municípios da área de atuação da SUDENE; 0,6% para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para os municípios da área de atuação da SUDAM; e 0,6% para Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), também para os municípios dessa região.

Como forma de se tornarem mais atrativos e compensarem as diferenças inter-regionais, em termos de estrutura financeira, esses Fundos apresentam diretrizes com condições diferenciadas de financiamento comparativamente aos disponíveis em regiões mais desenvolvidas do País. No artigo 3º, da Lei nº 7.827, de 1989, são definidas as diretrizes para a formulação dos programas de financiamento em cada um dos Fundos. Nesse artigo, fica evidente que esses recursos devem se direcionar a empréstimos aos setores produtivos das regiões, não sendo possível o uso a fundo perdido. Devem se priorizar projetos de atividades

produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, atividades que se utilizam em maior proporção de matérias-primas e mão de obra locais, a produção de alimentos básicos e os projetos de irrigação. Os prazos, carências, limites de financiamento, juros e outros encargos, diferenciados ou favorecidos, são definidos a depender dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos a serem financiados (BRASIL, 1989).

Para os bancos gestores dos Fundos Constitucionais, esses constituem passivos altamente estáveis, pois não são contingenciados por parte do Tesouro Nacional, bem como esses recursos não podem ser redirecionados para outros fins que não os já estabelecidos em lei (MACEDO; MATOS, 2008).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), como bem salientam Sousa *et al* (2009), tem a prerrogativa de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio de programas de financiamentos específicos, baseados no crédito em condições mais favoráveis e, preferencialmente, para um público mais vulnerável.

O BNB é o órgão operacionalizador desses recursos, que seguem uma programação específica de aplicações, diferenciando-se dos recursos próprios do Banco, bem como de outras fontes operacionalizadas por ele. Nesse caso, o FNE viria somar com outros recursos já disponíveis para a Região, alavancando o volume de crédito destinado ao setor produtivo regional (OLIVEIRA; VIANNA, 2010).

## 4 A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Nos anos 2000, o cenário internacional de alto crescimento econômico favoreceu a economia brasileira, o que resultou também na retomada da capacidade de intervenção estatal em políticas de desenvolvimento, inclusive em âmbito regional. Em 2003, verificou-se uma mudança de proposta na política de desenvolvimento regional (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

Monteiro Neto *et al.* (2017) afirmam que os novos programas e ações buscaram superar as limitações de políticas regionais anteriores, principalmente relacionadas: às dificuldades em convergir as rendas *per capita* estaduais; à concentração dos recursos dessas políticas nas grandes áreas metropolitanas das regiões-alvo; à incapacidade de atender às necessidades de desenvolvimento das populações do semiárido; e à inadequação aos estímulos de industrialização em sub-regiões da Amazônia.

Sob essa perspectiva, a economista Tânia Bacelar de Araújo, que estuda a problemática regional no Brasil e desenvolveu trabalho relativo a uma proposta de política nacional para o desenvolvimento regional, foi convidada a chefiar a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI), liderando a equipe que formularia a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em 2003, mas somente institucionalizada em 2007.

A PNDR foi instituída em 2007, pelo Decreto nº 6.047/2007 (BRASIL, 2007), com inspiração na experiência regional da União Europeia, a qual se baseava na compreensão multiescalar da dinâmica territorial e na noção de identificação e fortalecimento das vantagens competitivas. A PNDR, que continua em vigor até a presente data, objetiva reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras no que concerne ao nível de vida, bem como a

equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, orientando os programas e ações federais. As distintas fases da PNDR buscavam a convergência de rendas *per capita*, a promoção da competitividade produtiva, a agregação de valor e a diversificação da economia em áreas com forte especialização na produção de *commodities* e/ou minerais, buscando fortalecer a rede de cidades médias (MONTEIRO NETO *et al.*, 2017).

Percebe-se uma mudança de paradigma na forma de abordar as políticas de alcance regional no Brasil. O Governo Federal clarifica, em suas premissas, que a PNDR é uma política nacional, pois somente nessa esfera pode haver coerência e efetividade nos esforços para o desenvolvimento regional. Outro aspecto defendido é que a PNDR é uma política do Governo Federal, pois é considerada como uma política de desenvolvimento com viés territorial, o que deve congrega todas as áreas de atuação do governo. Por fim, a PNDR exige uma abordagem em múltiplas escalas acerca das desigualdades regionais, não se limitando às macrorregiões subdesenvolvidas, mas percebe a existência de dinâmicas sub-regionais diversas, podendo ir de níveis intra-urbanos a macrorregionais (BRASIL. MIN, 2017).

Para a operacionalização da PNDR, os municípios são classificados segundo uma tipologia específica, a qual categoriza as microrregiões e, por conseguinte, os municípios, em distintos níveis de renda e dinamismos. Essa tipologia da PNDR foi alterada entre 2007 e 2018, cujas quatro classificações originais (alta renda, baixa renda, dinâmica e estagnada) tornaram-se nove, com combinações em graus de renda *per capita* e de dinamismo (crescimento percentual *per capita*), de modo a melhor qualificar os municípios e direcionar políticas mais assertivas de acordo com o novo perfil municipal.

Fazendo um comparativo entre as duas classificações, conforme observado na Tabela 1, pode-se perceber que as principais alterações ocorreram entre os municípios que se classificavam como de baixa renda. Dos 597 municípios de baixa renda, 34,3% foram reclassificados como de média renda e médio dinamismo, 14,1% como média renda e alto dinamismo e 2,9% como média renda e baixo dinamismo. Os demais continuaram como municípios de baixa renda, divididos em 29,0% de médio dinamismo, 15,8% de alto dinamismo e 4,0% de médio dinamismo.

Das demais classificações, os de alta renda continuaram no mesmo patamar, distribuídos em médio dinamismo (78,4%) e baixo dinamismo (21,6%). Aqueles considerados dinâmicos se classificaram, em sua maioria, em média renda e médio dinamismo (41,6%), média renda e alto dinamismo (24,5%) e baixa renda e alto dinamismo (13,9%). Já os municípios considerados estagnados foram reclassificados, em sua maioria, em 52,8% como média renda e médio dinamismo, 31,1% como média renda e alto dinamismo e 13,4% como média renda e baixo dinamismo.

Tabela 1 – Quantidade de Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo as classificações da PNDR - 2007 - 2018

Classificação PNDR	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total
<b>Alta Renda</b>	10	10	9	0	0	0	6	9	0	3	4	51
Alta Renda e Baixo Dinamismo	0	10	0	0	0	0	0	1	0	0	0	11
Alta Renda e Médio Dinamismo	10	0	9	0	0	0	6	8	0	3	4	40
<b>Baixa Renda</b>	59	46	111	0	178	5	92	48	31	12	15	597
Baixa Renda e Alto Dinamismo	0	0	18	0	76	0	0	0	0	0	0	94
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	16	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	24
Baixa Renda e Médio Dinamismo	5	9	60	0	61	0	32	6	0	0	0	173
Média Renda e Alto Dinamismo	10	0	8	0	20	0	0	10	31	5	0	84
Média Renda e Baixo Dinamismo	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Média Renda e Médio Dinamismo	11	37	21	0	17	5	60	32	0	7	15	205
<b>Dinâmica</b>	33	76	27	0	13	92	64	41	133	139	39	657
Baixa Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	0	6	0	0	85	0	0	91
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	11	0	7	0	0	0	4	0	0	0	0	22
Baixa Renda e Médio Dinamismo	15	20	3	0	8	0	11	0	0	0	0	57
Média Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	5	52	9	7	48	27	13	161
Média Renda e Baixo Dinamismo	7	18	5	0	0	0	0	7	0	5	11	53
Média Renda e Médio Dinamismo	0	38	12	0	0	34	40	27	0	107	15	273
<b>Estagnada</b>	0	285	37	28	26	71	61	87	60	13	17	685
Alta Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	14
Alta Renda e Médio Dinamismo	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Média Renda e Alto Dinamismo	0	65	8	10	6	13	0	58	46	7	0	213
Média Renda e Baixo Dinamismo	0	62	0	4	0	10	0	0	0	6	10	92
Média Renda e Médio Dinamismo	0	158	29	14	16	48	61	29	0	0	7	362
<b>Total geral</b>	<b>102</b>	<b>417</b>	<b>184</b>	<b>28</b>	<b>217</b>	<b>168</b>	<b>223</b>	<b>185</b>	<b>224</b>	<b>167</b>	<b>75</b>	<b>1990</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de BNB-Etene (2021).

Para a nova tipologia da PNDR, de 2018, os municípios ficaram assim distribuídos, quanto à renda: 3,5% de alta renda, 23,2% de baixa renda e 73,3% de média renda. Quanto ao dinamismo, tem-se: 33,0% com alto dinamismo, 56,0% com médio dinamismo e 11,0% com baixo dinamismo. Neste sentido, os municípios considerados prioritários para as ações da PNDR representam 96,5% do total da área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 2).

O Estado do Piauí é o único a apresentar municípios classificados como de alta renda e alto dinamismo, em um total de 14, localizados na área metropolitana de Teresina. A Bahia concentra praticamente todos os municípios de alta renda e baixo dinamismo (10), enquanto os de alta renda e médio dinamismo se distribuem por sete estados, com Alagoas apresentando o maior número (10).

Dos municípios classificados como baixa renda, praticamente a metade apresenta médio dinamismo (49,9%), enquanto 40,1% são de alto dinamismo e 10,0%, baixo dinamismo. Os Estados do Maranhão e Ceará apresentaram as maiores proporções de municípios considerados de baixa renda, com 32,3% e 20,0% do total da área de atuação do Banco do Nordeste, respectivamente. Em contraposição, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Sergipe não possuem municípios nesta classificação.

O maior número de municípios da área de atuação do Banco do Nordeste é classificado como de média renda, distribuindo-se por todos os estados, com a Bahia concentrando pouco mais de um quarto deles, ou 25,9%. A classificação de média renda e médio dinamismo representa a maior concentração de municípios, com 42,2% do total geral e 57,5% dentre os de média renda.

Tabela 2 – Quantidade de Municípios da Área de Atuação do Banco do Nordeste, segundo a classificação da PNDR – 2018

Classificação PNDR	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
Alta Renda e Baixo Dinamismo	-	10	-	-	-	-	-	1	-	-	-	11
Alta Renda e Médio Dinamismo	10	-	9	-	4	-	6	8	-	3	4	44
Baixa Renda e Alto Dinamismo	-	-	18	-	76	6	-	-	85	-	-	185
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	27	-	11	-	4	-	4	-	-	-	-	46
Baixa Renda e Médio Dinamismo	20	29	63	-	69	-	43	6	-	-	-	230
Média Renda e Alto Dinamismo	10	65	16	10	31	65	9	75	125	39	13	458
Média Renda e Baixo Dinamismo	24	80	5	4	-	10	-	7	-	11	21	162
Média Renda e Médio Dinamismo	11	233	62	14	33	87	161	88	-	114	37	840
<b>Municípios prioritários</b>	<b>92</b>	<b>407</b>	<b>175</b>	<b>28</b>	<b>213</b>	<b>168</b>	<b>217</b>	<b>176</b>	<b>210</b>	<b>164</b>	<b>71</b>	<b>1921</b>
<b>(%) Prioritários/Total</b>	<b>90,2</b>	<b>97,6</b>	<b>95,1</b>	<b>100,0</b>	<b>98,2</b>	<b>100,0</b>	<b>97,3</b>	<b>95,1</b>	<b>93,8</b>	<b>98,2</b>	<b>94,7</b>	<b>96,5</b>
<b>Total geral</b>	<b>102</b>	<b>417</b>	<b>184</b>	<b>28</b>	<b>217</b>	<b>168</b>	<b>223</b>	<b>185</b>	<b>224</b>	<b>167</b>	<b>75</b>	<b>1.990</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI, Dez/2020.

## 5 Aplicações do FNE, segundo a tipologia da PNDR, para o período de 2002 a 2020

Percebe-se pelas Tabelas 3 e 4 que o Banco do Nordeste vem priorizando seus recursos para aqueles municípios de baixa e média rendas, em qualquer grau de dinamismo. O intuito, com isso, é desenvolver essas economias ao ponto de torná-los municípios com melhores níveis de renda e mais dinâmicos economicamente.

Historicamente, os maiores volumes anuais se direcionaram para aqueles municípios classificados como média renda e médio dinamismo, com aproximadamente 28,0% do total de recursos liberados pelo Banco do Nordeste. Em seguida, vêm os municípios de média renda e alto dinamismo, com acumulado de 19,8% no período analisado.

Em virtude da baixa representatividade econômica, os municípios de baixa renda, independente do dinamismo, ainda demandam volumes de recursos menos significativos, apresentando o melhor desempenho aqueles de baixa renda e médio dinamismo, com 6,8% do volume acumulado no período.

Tabela 3 – FNE: Distribuição do Valor Contratado nos Municípios da área de atuação do BNB, segundo a classificação da PNDR - 2018 (R\$ Milhões)

Classificação PNDR	2002	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alta Renda e Alto Dinamismo	2	96	242	314	265	377	482	476	398
Alta Renda e Baixo Dinamismo	19	445	1.210	878	654	1.234	2.870	1.563	804
Alta Renda e Médio Dinamismo	100	2.333	3.355	2.895	1.972	3.623	7.523	5.211	4.257
Baixa Renda e Alto Dinamismo	29	390	565	476	493	2.193	3.116	1.134	877
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	17	156	1.228	208	131	229	218	269	276
Baixa Renda e Médio Dinamismo	100	894	1.334	1.172	1.196	1.856	2.439	2.788	2.175
Média Renda e Alto Dinamismo	174	2.763	4.239	3.843	3.895	4.125	6.551	7.742	5.355
Média Renda e Baixo Dinamismo	127	2.170	3.190	2.714	2.732	3.083	8.388	5.617	4.678
Média Renda e Médio Dinamismo	302	2.416	5.805	4.919	4.552	5.953	11.698	11.581	7.022
<b>Municípios prioritários</b>	<b>748</b>	<b>8.789</b>	<b>16.361</b>	<b>13.332</b>	<b>12.999</b>	<b>17.440</b>	<b>32.409</b>	<b>29.131</b>	<b>20.383</b>
<b>Total geral</b>	<b>869</b>	<b>11.664</b>	<b>21.167</b>	<b>17.418</b>	<b>15.891</b>	<b>22.673</b>	<b>43.284</b>	<b>36.381</b>	<b>25.843</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI, Dez/2020.

Considerando a força de atração das economias mais dinâmicas da Região, os municípios classificados como alta renda e médio dinamismo ainda demandam volume substancial de recursos, representando 17,4% do acumulado no período. Isto ocorre pelo comportamento natural da economia, cujas áreas mais densas economicamente tendem a demandar um maior volume de recursos. Apesar disto, o Banco vem trabalhando no intuito de direcionar mais recursos para as economias menos dinâmicas, conforme será observado na Tabela 5.

Vale ressaltar que ao longo do período analisado, o Banco do Nordeste tem atendido às determinações de aplicação dos recursos do FNE. Dentre elas, a exigência de aplicação mínima de 70,0% dos recursos em municípios de baixa e média rendas em qualquer nível de dinamismo. Conforme identificado na Tabela 4, o Banco sempre esteve acima deste patamar, alcançando 78,9%, em 2020.

Tabela 4 – FNE: Distribuição Percentual do valor contratado nos municípios da área de atuação do BNB, segundo a classificação da PNDR - 2018 (%)

Classificação PNDR	2002	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alta Renda e Alto Dinamismo	0,2	0,8	1,1	1,8	1,7	1,7	1,1	1,3	1,5
Alta Renda e Baixo Dinamismo	2,1	3,8	5,7	5,0	4,1	5,4	6,6	4,3	3,1
Alta Renda e Médio Dinamismo	11,5	20,0	15,8	16,6	12,4	16,0	17,4	14,3	16,5
Baixa Renda e Alto Dinamismo	3,3	3,3	2,7	2,7	3,1	9,7	7,2	3,1	3,4
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	1,9	1,3	5,8	1,2	0,8	1,0	0,5	0,7	1,1
Baixa Renda e Médio Dinamismo	11,5	7,7	6,3	6,7	7,5	8,2	5,6	7,7	8,4
Média Renda e Alto Dinamismo	20,0	23,7	20,0	22,1	24,5	18,2	15,1	21,3	20,7
Média Renda e Baixo Dinamismo	14,7	18,6	15,1	15,6	17,2	13,6	19,4	15,4	18,1
Média Renda e Médio Dinamismo	34,7	20,7	27,4	28,2	28,6	26,3	27,0	31,8	27,2
<b>Municípios prioritários</b>	<b>86,1</b>	<b>75,4</b>	<b>77,3</b>	<b>76,5</b>	<b>81,8</b>	<b>76,9</b>	<b>74,9</b>	<b>80,1</b>	<b>78,9</b>

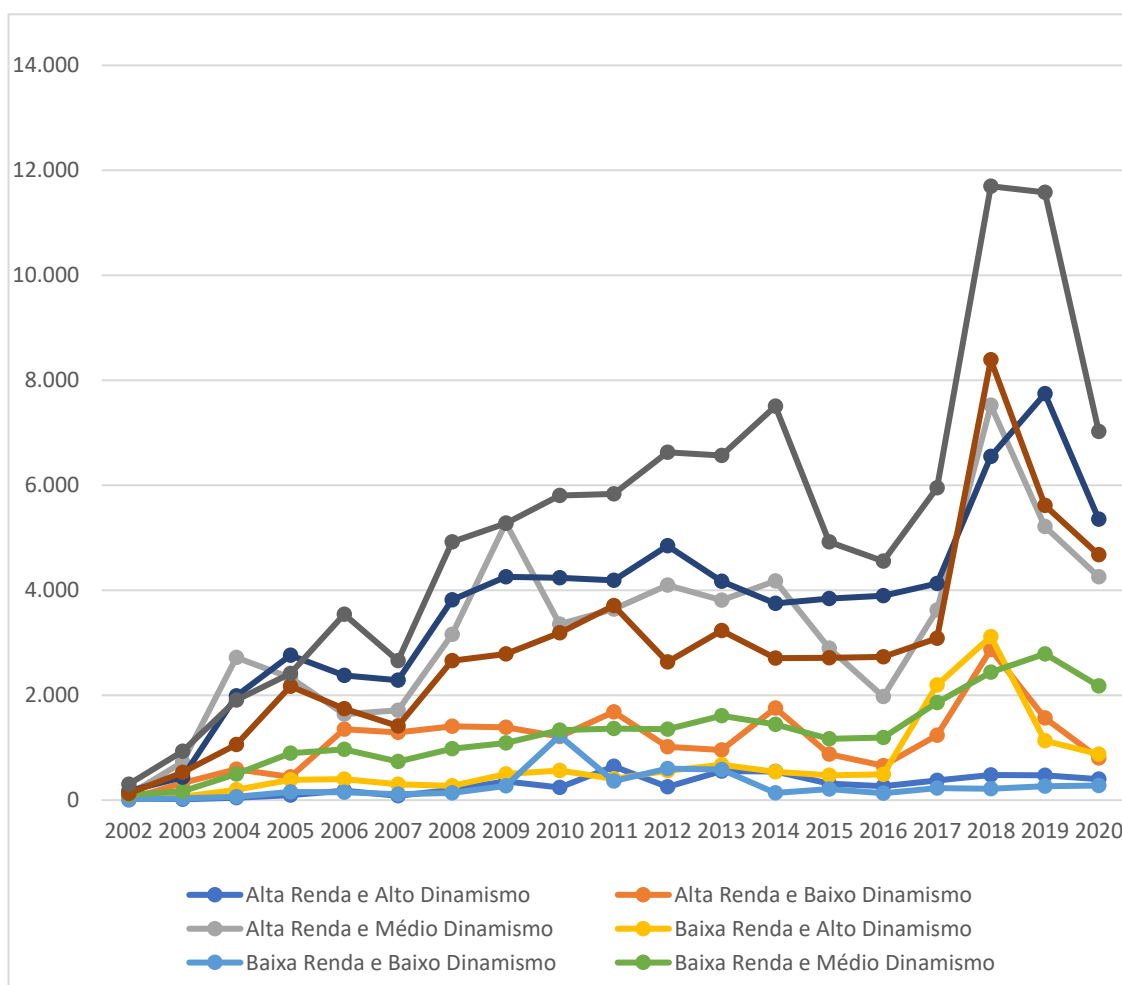
Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI, Dez/2020.



Analisando o Gráfico 1, apenas em 2004 houve maior direcionamento de recursos para os municípios de alta renda e médio dinamismo. No restante da série histórica, percebe-se o maior volume de contratações entre os municípios de média renda e médio dinamismo, seguidos pelos de mesmo perfil de renda e demais níveis de dinamismo.

Gráfico 1 – FNE: Valor contratado nos municípios da área de atuação do BNB, segundo a classificação da PNDR - 2018 (R\$ Milhões)



Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI, Dez/2020.

Com a expansão das ações creditícias do Banco do Nordeste, o qual vem aumentando sua base de municípios atendidos, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) também vem em intensa ascensão, devido os moldes de financiamento e os juros praticados, geralmente mais acessíveis aos tomadores de crédito, assim percebe-se maiores repasses aos municípios ao longo dos anos.

Pode-se, então, verificar que nos últimos cinco anos, a taxa de variação média anual do período de 2016 a 2020 apresenta resultados importantes no sentido do maior empenho do Banco do Nordeste em atender aqueles municípios de economias mais vulneráveis. Entre 2016

e 2020, a taxa média de crescimento dos financiamentos para os municípios de baixa renda e baixo dinamismo alcançou 20,6% a.a., já se aproximando do melhor desempenho, que se encontra entre os municípios de alta renda e médio dinamismo, com 21,2% a.a. (Tabela 5).

Sendo os municípios prioritários aqueles com tipologia de baixa e média rendas, com qualquer grau de dinamismo, na Tabela 6 identifica-se o percentual da participação desses municípios sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e valor contratado total de todos os municípios atendidos pelo Banco, no que diz respeito ao FNE.

Tabela 5 – FNE: Taxa de variação anual do valor contratado nos municípios da área de atuação do BNB, segundo a Classificação da PNDR – 2018

Classificação PNDR	2002 (R\$ Milhões)	2016 (R\$ Milhões)	2020 (R\$ Milhões)	Média Var. Anual (%) 2002/2020	Média Var. Anual (%) 2016/2020
Alta Renda e Alto Dinamismo	1,9	265,1	398,2	34,4	10,7
Alta Renda e Baixo Dinamismo	18,6	654,0	804,4	23,3	5,3
Alta Renda e Médio Dinamismo	100,3	1.972,5	4.256,7	23,1	21,2
Baixa Renda e Alto Dinamismo	28,6	493,3	877,1	21,0	15,5
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	16,6	130,9	276,4	16,9	20,6
Baixa Renda e Médio Dinamismo	100,3	1.195,7	2.174,5	18,6	16,1
Média Renda e Alto Dinamismo	173,8	3.894,6	5.354,8	21,0	8,3
Média Renda e Baixo Dinamismo	127,4	2.732,5	4.678,2	22,2	14,4
Média Renda e Médio Dinamismo	301,5	4.552,4	7.022,4	19,1	11,4
<b>Municípios prioritários</b>	<b>748,2</b>	<b>12.999,4</b>	<b>20.383,4</b>	<b>20,2</b>	<b>11,9</b>
<b>Total geral</b>	<b>869,0</b>	<b>15.890,9</b>	<b>25.842,7</b>	<b>20,7</b>	<b>12,9</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI, Dez/2020.

Os municípios classificados como prioritários para a PNDR superam 90,0% do total atendido pelo Banco do Nordeste em sua área de atuação. No entanto, considerando a participação destes no PIB regional, historicamente essa representação encontra-se um pouco acima dos 50,0%, o que denota elevada heterogeneidade e concentração de riqueza entre os municípios atendidos pelo BNB, cujos níveis de produção e riqueza se concentram em um número reduzido deles.

Vale salientar que o Banco do Nordeste tem trabalhado no sentido de reduzir essas disparidades, atendendo aqueles municípios mais vulneráveis economicamente. Neste sentido, tem mantido sempre proporção superior de financiamentos direcionados para os mencionados municípios, em relação a sua participação no PIB regional, alcançando 81,8% em 2016, proporcionando uma relação entre as contratações do Banco e os PIB's municipais superior à unidade.

Tabela 6 – Municípios Prioritários da Área de Atuação do BNB, segundo a Classificação da PNDR - 2018 (%)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
% Municípios Prioritários/AABNB	96,6	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5	96,5
% PIB Municípios Prioritários/AABNB	53,7	54,7	55,4	55,3	55,1	55,5	55,6	56,7	57,5
% Contr. Munic. Prioritários/AABNB	77,3	72,7	75,6	76,0	71,3	76,5	81,8	76,9	74,9
Relação Contratações/PIB	1,44	1,33	1,36	1,37	1,29	1,38	1,47	1,36	1,30

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Há obrigatoriedade de contratar no mínimo 70% dos recursos em municípios prioritários da PNDR.

Ao observar a Tabela 7, é possível identificar que em Alagoas, os municípios das tipologias de alta renda e médio dinamismo, como também média renda e baixo dinamismo são responsáveis por pouco mais de 2/3 (67,97%) do valor contratado total do Estado. Na Bahia, os municípios com tipologias média renda com médio e baixo dinamismos, assim como os de alta renda e baixo dinamismo são responsáveis por cerca de 87,13% do valor contratado do Estado.

No Ceará, a concentração dos recursos ocorreu principalmente nos municípios de alta renda e médio dinamismo, com aproximadamente 40,0% do total do Estado. Os municípios de média renda e médio dinamismo vêm em seguida, com 25,83% dos recursos, enquanto aqueles de baixa renda e médio dinamismo concentraram 13,86% dos recursos.

Nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, os recursos se concentraram quase que totalmente nos municípios de média renda, com 100,00% e 98,33%, respectivamente, com maior proporção naqueles de médio dinamismo (60,58% e 53,18%, respectivamente). Em Minas Gerais, tem-se ainda 0,77% dos recursos direcionados aos municípios de alta renda e médio dinamismo e 0,94% para os de baixa renda e alto dinamismo.

O Estado do Maranhão apresenta os recursos bem distribuídos pelas distintas tipologias da PNDR, com exceção dos municípios de alta renda com alto e baixo dinamismos e aqueles de média renda e baixo dinamismo. O maior volume de recursos foi destinado aos municípios de baixa renda e médio dinamismo, com 25,35% do total.

Na Paraíba, os destaques são os municípios de média renda e médio dinamismo, sendo responsáveis por 53,00% dos repasses. Destaque, também, para os municípios de alta renda e médio dinamismo, com 26,19% dos recursos totais do FNE no Estado. Em Pernambuco, os recursos estão distribuídos, em sua maioria, entre os municípios de média renda e alto dinamismo (35,97%), média renda e médio dinamismo (32,15%) e alta renda e médio dinamismo (28,57%). Os demais somam apenas 3,31% dos valores aplicados no Estado.

Tabela 7 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por estado, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R\$ milhões

Tipologia da PNDR	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total Geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	0	0	0	0	0	0	0	0	5.527	0	0	5.527
Alta Renda e Baixo Dinamismo	0	21.274	0	0	0	0	0	165	0	0	0	21.439
Alta Renda e Médio Dinamismo	5.726	0	20.684	0	7.759	131	4.924	13.358	0	5.151	4.494	62.227
Baixa Renda e Alto Dinamismo	0	0	731	0	5.330	172	0	0	6.959	0	0	13.191
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	1.049	0	2.302	0	324	0	1.513	0	0	0	0	5.189
Baixa Renda e Médio Dinamismo	1.122	3.076	7.227	0	10.108	0	1.894	742	0	0	0	24.170
Média Renda e Alto Dinamismo	1.821	8.726	5.518	804	8.641	5.967	504	16.822	16.526	3.252	2.225	70.806
Média Renda e Baixo Dinamismo	4.045	32.366	2.198	1.029	0	2.245	0	643	0	10.150	2.494	55.170
Média Renda e Médio Dinamismo	611	26.273	13.466	2.817	7.713	9.672	9.966	15.032	0	9.179	5.277	100.006
<b>Total Geral</b>	<b>14.374</b>	<b>91.715</b>	<b>52.126</b>	<b>4.650</b>	<b>39.874</b>	<b>18.186</b>	<b>18.802</b>	<b>46.762</b>	<b>29.012</b>	<b>27.733</b>	<b>14.491</b>	<b>357.724</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

O Estado do Piauí é o único da Região a apresentar municípios categorizados como alta renda e alto dinamismo, cujos valores contratados representaram 19,05% do total estadual. As outras tipologias que tiveram recursos do FNE direcionados para seus municípios foram as de média renda e médio dinamismo, com maior volume de recursos, na ordem e 56,96% do total e a de baixa renda e alto dinamismo, com os 23,99% restantes.

As tipologias que obtiveram recursos do FNE ao longo do período no Rio Grande do Norte e Sergipe foram semelhantes e mais concentradas naquelas de média renda. Os municípios de média renda e baixo dinamismo alcançaram 36,60% dos recursos no Rio Grande do Norte, enquanto os de média renda e médio dinamismo concentraram 36,42% dos recursos em Sergipe.

Utilizando as informações da Tabela 8, pode-se verificar que há concentração dos valores repassados nos municípios de tipologia de média renda com qualquer grau de dinamismo, como também naqueles de alta renda e médio dinamismo, considerando as empresas de grande, médio, pequeno-médio e pequeno portes.

As empresas de grande porte representaram 45,62% dos recursos contratados, principalmente nos municípios de média renda (22,62% - médio dinamismo; 18,52% - alto dinamismo e 17,74% - baixo dinamismo) e alta renda e médio dinamismo (21,68%). As demais tipologias concentraram 19,44% dos recursos restantes do FNE no período em análise.

A mesma situação é percebida para o médio porte (14,88% do total), cujas contratações se concentraram nos municípios de média renda (25,82% - médio dinamismo; 19,04% - alto dinamismo e 17,85% - baixo dinamismo) e alta renda e médio dinamismo (23,38%). As demais tipologias representaram 13,91% do total contratado do FNE no período.

Tabela 8 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por porte, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020 (R\$ Milhões)

Tipologia da PNDR	Grande	Médio	Micro	Pequeno	Pequeno-médio	Total geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	2.399	1.060	485	1.075	508	5.527
Alta Renda e Baixo Dinamismo	15.449	3.308	206	1.787	688	21.439
Alta Renda e Médio Dinamismo	35.380	12.445	1.935	8.701	3.766	62.227
Baixa Renda e Alto Dinamismo	5.456	525	5.401	1.566	243	13.191
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	2.767	336	1.453	528	105	5.189
Baixa Renda e Médio Dinamismo	5.656	2.177	10.886	3.947	1.504	24.170
Média Renda e Alto Dinamismo	30.216	10.137	15.739	10.296	4.417	70.806
Média Renda e Baixo Dinamismo	28.946	9.500	6.868	6.122	3.735	55.170
Média Renda e Médio Dinamismo	36.909	13.745	29.160	15.309	4.883	100.006
<b>Total geral</b>	<b>163.177</b>	<b>53.233</b>	<b>72.133</b>	<b>49.331</b>	<b>19.849</b>	<b>357.724</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

Os portes pequeno e pequeno-médio seguem a mesma tendência, com o maior volume de recursos direcionados aos municípios de média renda, nos três níveis de dinamismo (maior proporção no médio dinamismo, com 31,03% para o pequeno porte, e 26,40% para o pequeno-médio porte), e de alta renda e médio dinamismo (17,64% - pequeno porte; 18,97% - pequeno-médio porte).

O porte micro apresenta situação distinta dos demais, uma vez que concentrou a contratação dos recursos nos municípios de média renda, principalmente naqueles de médio (40,42%) e alto (21,82%) dinanismos, bem como nos municípios de baixa renda e médio dinamismo (15,09%).

Analisando a Tabela 9, percebe-se distribuição equilibrada dos recursos nos principais setores da economia, com 19,68% para infraestrutura, 18,34% para pecuária, 18,10% para agricultura, 17,87% para indústria, 13,83% para o comércio e 10,44% para os serviços.

O setor agrícola concentrou suas contratações nos municípios de média renda, com 31,17% para aqueles com baixo dinamismo, 29,09% com alto dinamismo e 26,01% com médio dinamismo. As demais tipologias alcançaram apenas 13,74% das contratações no período, com destaque para os de baixa renda e médio dinamismo (8,28%). Na agroindústria, se acentuam os municípios de tipologia média renda com qualquer grau de dinamismo e alta renda com médio dinamismo, os quais contrataram 79,52% e 9,99%, respectivamente, no período analisado.

Quanto ao comércio, destaque para os municípios de tipologia de média renda com médio dinamismo (27,05%), como também aqueles com alto dinamismo (18,51%). Os municípios considerados de alta renda e médio dinamismo apresentaram o segundo melhor desempenho nas contratações do FNE para o setor de comércio, no período, com 25,52%.

Com relação à indústria, as tipologias dos municípios que se sobressaem são as de alta renda com médio dinamismo e média renda com médio dinamismo, os quais receberam 29,59% e 27,05% respectivamente.

Na infraestrutura, há uma distribuição equitativa dos recursos em comparação a outros setores, embora ainda que a maior parte tenha sido aplicada em municípios de tipologia

de média renda (61,21%). Os municípios das demais tipologias possuem, ainda, maior porcentagem de contratação quando comparado com outros setores (38,79%).

Sobre a pecuária, pode-se enfatizar que foram repassados 42,08% dos recursos aplicados ao setor para os municípios de tipologia média renda e médio dinamismo, como também 21,38% para aqueles com alto dinamismo. Um aspecto importante a mencionar sobre a pecuária foi o maior direcionamento, comparado aos demais setores, de recursos para municípios de baixa renda, tanto para os de médio dinamismo (16,61%), quanto para os de alto dinamismo (7,36%), indo ao encontro dos perfis produtivos e de renda da maioria dos municípios desta categoria na Região.

Em relação ao setor de serviços, a maior concentração de recursos ocorreu naqueles municípios de alta renda, notadamente nos de médio (42,90%) e baixo (14,44%) dinamismos. Outros destaques para o setor foram os municípios de média renda, com médio dinamismo (15,00%) e alto dinamismo (14,46%).

Tabela 9 – FNE: Volume de recursos contratados na área de atuação do Banco do Nordeste, por atividade, segundo a tipologia da PNDR, anos de 2002 a 2020, em R\$ milhões

Tipologia da PNDR	Agrícola	Agroindústria	Comércio	Indústria	Infra estrutura	Pecuária	Serviços	Total geral
Alta Renda e Alto Dinamismo	429	126	2.077	1.022	113	329	1.431	5.527
Alta Renda e Baixo Dinamismo	28	11	3.878	5.626	6.483	19	5.393	21.439
Alta Renda e Médio Dinamismo	769	623	12.624	18.916	12.662	607	16.025	62.227
Baixa Renda e Alto Dinamismo	1.516	200	1.093	403	4.908	4.828	244	13.191
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	791	119	477	2.482	16	1.138	164	5.189
Baixa Renda e Médio Dinamismo	5.361	199	2.853	1.081	3.122	10.896	658	24.170
Média Renda e Alto Dinamismo	18.834	1.723	9.156	9.988	11.676	14.026	5.401	70.806
Média Renda e Baixo Dinamismo	20.181	1.241	3.926	7.411	13.819	6.155	2.437	55.170
Média Renda e Médio Dinamismo	16.841	1.997	13.381	16.994	17.586	27.605	5.602	100.006
<b>Total geral</b>	<b>64.751</b>	<b>6.238</b>	<b>49.466</b>	<b>63.923</b>	<b>70.386</b>	<b>65.606</b>	<b>37.354</b>	<b>357.724</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2021).

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI para Dez/2020.

## 6 Conclusões

O estudo teve como objetivo analisar a distribuição dos recursos do FNE nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste (AABNB), entre 2002 e 2020, considerando a tipologia da PNDR. Para tanto, analisou-se: a criação do FNE e da PNDR; a distribuição dos recursos do FNE aplicados nos municípios da área de atuação do Banco, segundo a classificação da PNDR, ao longo do período de 2002 a 2020; e se os objetivos da PNDR foram alcançados, no que diz respeito ao maior direcionamento dos recursos do FNE para os municípios prioritários.

As políticas de desenvolvimento regional adotadas no Brasil apresentaram modificações significativas ao longo dos anos, mais notadamente a partir da década de 1950, com a escola cepalina, período de maior efervescência deste modelo de atuação governamental. Neste período foram criados o Banco do Nordeste, a SUDAM e a SUDENE, dentre outras instituições de ação regional.

A partir de então, as políticas de cunho regional foram se reduzindo no país, principalmente devido à ascensão de regimes autoritários, crise do Estado Nacional e políticas neoliberais. Somente com a promulgação da Constituição de 1988, novas medidas foram direcionadas para reduzir as disparidades inter-regionais, adotadas principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Neste sentido, foram criados, também, os fundos constitucionais para promover o desenvolvimento destas regiões, através de políticas de crédito.

A PNDR, lançada em 2003, tenta dar um passo adiante como política regional. Adota novo paradigma de atuação, reconhecendo múltiplas escalas acerca das desigualdades regionais, considerando a existência de dinâmicas sub-regionais diversas. Assim, busca atuar em distintos níveis espaciais, desde contextos intra-urbanos a macrorregionais. De modo a otimizar essa atuação, criam-se tipologias específicas para grupos de microrregiões (e municípios), no intuito de direcionar ações distintas, considerando seus perfis de riqueza e dinamismo.

Os municípios se classificam, então, em de baixa, média e alta rendas e com baixo, médio e alto dinamismos, em nove combinações possíveis. Para a Região Nordeste, 73,4% se classificam como média renda, enquanto 56,0% estão na faixa de médio dinamismo. Quando considerados a riqueza e o dinamismo, a concentração se dá naqueles municípios de média renda e médio dinamismo, com 42,2% do total da área de atuação do Banco.

Partindo deste novo modelo de atuação de política pública regional, o Banco do Nordeste atende as prioridades elencadas, direcionando seus recursos para aqueles municípios considerados de baixa e média rendas, para qualquer nível de dinamismo. Conclui-se, portanto, ao analisar os dados das aplicações dos recursos do FNE, que tal objetivo foi alcançado, uma vez que os municípios prioritários concentraram entre 74,9% e 86,1% dos recursos do FNE ao longo do período estudado. Outrossim, vale ressaltar o empenho do Banco em direcionar maior esforço para atender aqueles municípios com economias mais frágeis (baixa renda e baixo dinamismo), já que estes apresentaram a segunda maior taxa de crescimento anual, nos anos mais recentes (2016-2020), de 20,6% a.a.

Neste sentido, além de se intensificar a aplicação de recursos nos municípios prioritários da PNDR, principalmente os de baixa renda, o Banco do Nordeste deve intensificar seus esforços em direcioná-los, também, em atividades que promovam o maior encadeamento da riqueza gerada, de modo a tornar mais dinâmicas as economias destes municípios.

## Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MIN. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: [http://integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095& groupId=24915](http://integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915). Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. **Diário oficial da [da República Federativa do Brasil]**. Brasília, DF, Seção 1, p. 17.361. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7827-27-setembro-1989-365476-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm). Acesso em: 30 jan. 2017.

CARNEIRO, W. M. A. **Espaço regional, investimento e crédito no Nordeste brasileiro: desenvolvimento regional em questão**. 2020. 429f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2020.

CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

MACEDO, F. C.; MATOS, E. N. O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Ensaios FEE**, v. 29, n. 2, p. 355-384. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2008.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. R. **Proposta de atualização das tipologias da PNDR: nota metodológica e mapas de referência**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. (Texto para Discussão, n. 2414).

MONTEIRO NETO, A. *et al.* Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In: MONTEIRO NETO, A.; RESENDE, G. M.; SILVA, D. F. C. da; SILVA FILHO, L. A. da. **Avaliação dos efeitos econômicos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO): uma análise por tipologia da PNDR entre 1999 e 2011**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Textos para Discussão, n. 2145).

OLIVEIRA, C. M. S. de; VIANNA, P. J. R. **Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RESENDE, G. M. Regional development policy in Brazil: a review of evaluation literature. **Redes**, v. 18, n. 3, p. 202-225, 2013.

SOUSA, J. M. P. *et al.* **Avaliação de impactos do FNE: emprego, massa salarial e salário médio**. Fortaleza: BNB, 2009. (Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, n. 6).